



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e exploração da
força de trabalho

O TRABALHO DOCENTE MEDIADO PELAS PLATAFORMAS DIGITAIS NA PANDEMIA DA COVID-19

FRANCISCO FLAVIO EUFRAZIO¹

ANA BEATRIZ BANDEIRA DOS SANTOS²

RESUMO

Trata-se de análises sobre o trabalho docente mediado pelas tecnologias da informação e comunicação durante a pandemia da Covid-19. Realizou revisão bibliográfica acerca do *home office* no contexto da Indústria 4.0 e das mudanças no mundo do trabalho. Argumenta que o trabalho docente está em constante risco de maior precarização em tempos de mercantilização e subfinanciamento da educação.

Palavras-chave: Indústria 4.0. Tecnologia da Informação e Comunicação. *home office* Docente. Covid-19.

RESUMEN

Se trata de análisis de la labor docente mediada por las tecnologías de la información y la comunicación durante la pandemia de Covid-19. Realizó una revisión bibliográfica sobre el teletrabajo en el contexto de la Industria 4.0 y los cambios en el mundo laboral. Sostiene que la labor docente corre el riesgo constante de una mayor precariedad en tiempos de mercantilización y desfinanciamiento de la educación.

Palabras clave: Industria 4.0. Tecnologías de la Información y la Comunicación. Enseñanza *home office*. Covid-19.

¹ Universidade Federal de Pernambuco

² Universidade Federal de Pernambuco

1. INTRODUÇÃO

As mudanças contemporâneas no mundo do trabalho são responsáveis por complexificar os modos de gestão, de organização e de exploração da força de trabalho diante do que vem sendo denominado de Indústria 4.0: responsável pela introdução massiva de novas tecnologias mediadoras de processos de trabalho, com perspectiva de maximizar a lucratividade e desencadear novo processo de reestruturação produtiva, reprodutiva e valorativa do capital.

Nos últimos anos, estudos vêm apontando os efeitos do processo de reestruturação produtiva que recorre ao uso de tecnologias e de novas formas de modernização da gestão da força de trabalho no campo educacional (Venco, 2019; Silva, 2019; Teixeira, 2022).

O uso indiscriminado das tecnologias no campo educacional não é exclusivo do setor privado de ensino, a exemplo do que foi a grande expansão do Ensino à Distância (EaD) desde a década de 1970 e que se faz presente na realidade do trabalho de docentes em instituições públicas do país.

Vimos essa tendência se intensificar durante o contexto da pandemia da Covid-19, período no qual o incentivo ao ensino remoto não se restringiu a uma escolha imediata para atender a necessidade educacional diante do contexto de isolamento social, pois evidenciou o fortalecimento do projeto de mercantilização e de privatização dos serviços públicos no contexto da financeirização e da crise estrutural do capital (Minto, 2020).

O aprofundamento da crise estrutural do capital durante o cenário pandêmico afetou todas as esferas das relações sociais. No Brasil, o desemprego atingiu a taxa recorde de 14,7% no primeiro trimestre de 2021. A informalidade no mesmo período atingiu 40%, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2022).

Simultaneamente ao aumento do desemprego e da informalidade, novas formas de trabalho precarizado se expandiram velozmente mediadas pelo uso das plataformas digitais de serviços de *delivery*, os quais também ganharam notoriedade durante a pandemia e no contexto da Indústria 4.0.

Na intenção de compreender as recentes transformações no mundo do trabalho no limiar da Indústria 4.0, com as Tecnologias de Informações e Comunicações (TIC's) que adentram a maioria dos campos de trabalho na contemporaneidade (Antunes, 2020), visamos especificar como esse fenômeno ganhou maior intensidade no trabalho da docência no contexto da pandemia da Covid-19.

Partindo dessas ponderações, o objetivo desse artigo é dar continuidade ao debate entorno da precarização do trabalho docente, tendo em vista que o uso das plataformas digitais mediando os processos do trabalho docente se apresentam como tendências de precarização laboral na contemporaneidade (Venco, 2019; Silva, 2019; Teixeira, 2022). Para isso utilizamos da revisão de bibliografias produzida sobre a temática, como livros, artigos, dissertações e teses.

Para fins expositivos, o conteúdo está dividido em quatro seções, para além desse momento introdutório. Na primeira, apresenta-se de forma introdutória: o processo de transformações no mundo do trabalho no contexto da Indústria 4.0. Logo após, na segunda seção, o enfoque é sobre o uso e implicações das TIC's no processo de trabalho docente durante a pandemia da Covid-19. Em seguida, evidenciamos como as TIC's têm se apresentado enquanto tendências de precarização ainda maior do trabalho docente na cena contemporânea.

Por fim, se considera que no laboratório de experimentações do trabalho uberizado (Antunes, 2020), o teletrabalho docente, seja em instituições públicas ou privadas, se constituiu como tendência durante a pandemia da Covid-19; e que após a pandemia tal tendência se mantém mediada pelas TIC's, sobretudo em tempos de mercantilização e subfinanciamento da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

2. INDÚSTRIA 4.0 E SUAS IMPLICAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

O mundo do trabalho tem sofrido profundos impactos com as crises cíclicas do capital (Mandel, 1990). As mudanças decorrentes da reestruturação produtiva, despontadas após a crise de acumulação ocorrida em 1970 e que se aprofunda na crise de 2008 (HARVEY, 1992) alteraram substancialmente o mundo do trabalho, com rebatimentos em todas as esferas da vida social.

Para o capital, isso significou uma recuperação da taxa de lucro, o que ocorreu por meio do aumento da produtividade a partir do incremento de tecnologia e de técnicas de gestão da força o trabalho, conformando o que vem sendo denominado, nos dias de hoje, como Indústria 4.0³ (Antunes, 2018). Já para o mundo do trabalho, essas transformações resultaram no esgarçamento de direitos elementares como os trabalhistas e previdenciários, muito provocado pela implementação de variadas tecnologias no circuito produtivo que despontaram no desemprego ou no corte salarial

como parte de uma política econômica, científica e tecnológica de reação diante das mudanças no cenário marcado pela redução da participação da indústria manufatureira no

³ O termo Indústria 4.0 surge com destaque internacional pela primeira vez em 2011, como referência a um projeto estratégico de desenvolvimento tecnológico do governo Alemão (Pinto, 2020).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

produto interno bruto dos países capitalistas centrais, por menores índices de investimento em bens de capital, e, conseqüentemente, por impactos negativos na balança comercial de produtos (Pinto, 2020, p. 197).

Nessa esteira, a Indústria 4.0 - impulsionada pelas TIC's - provoca grandes alterações no mundo do trabalho e se configura como elemento axial entre distintos mecanismos de acumulação criados na era do capitalismo financeiro (Antunes, 2020).

Para Antunes (2020), uma das principais conseqüências da Indústria 4.0 para o mundo do trabalho é o alargamento do trabalho morto, com destaque ao maquinário digital, “a internet das coisas”, a inteligência artificial, a impressora 3D, o *big data*, etc.: como dominante e condutor de todo o processo produtivo, com a conseqüente redução do trabalho vivo” (Antunes, 2020, p. 14).

Contudo, Antunes (2020) avança e acrescenta:

Essa processualidade não levará à extinção da atividade humana, pois, além das enormes diferenciações, por exemplo, entre Norte e Sul e entre ramos e setores de atividade cujo trabalho manual é insubstituível, há outro elemento ontológico fundamental: sem alguma forma de trabalho humano, o capital não se reproduz, visto que as máquinas não criam valor, mas o potencializam (Antunes, 2020, p. 14).

Isso significa que as teses sobre o “fim da centralidade do trabalho⁴” - fundamentadas em análises acerca do avanço tecnológico da Indústria 4.0 e da Intellectualização do trabalho (tão debatidas no circuito intelectual desde a última quadra do século XX) - são questionáveis.

Na atualidade há uma ampliação da classe trabalhadora em larga escala, marcada pelo aumento da precarização da vida e do trabalho, e pela corrosão dos direitos sociais e trabalhistas⁵ (Filgueiras, 2020). Ou seja, não se trata de uma sociedade donde o avanço das tecnologias eliminará o trabalho vivo, mas da criação de uma nova morfologia do trabalho (Antunes, 2018), em que se tem uma classe trabalhadora altamente descentralizada, heterogênea, fragmentada e sem direitos.

⁴ “O resultado da tese do fim da centralidade do trabalho é a observação do surgimento de uma sociedade pós-industrial, em que o trabalho deixaria de ter os pesos quantitativo e qualitativo atribuídos em outros tempos. Em conseqüência, se o trabalho não teria mais a importância que já teve na criação de riqueza capitalista no passado, não caberia, na atualidade, à classe trabalhadora, reivindicar aquilo que lhe seria de direito: a propriedade dos meios de produção e a superação positiva do capitalismo por um novo modo de produção, calcado na propriedade social dos meios de produção, e pelo monopólio do poder político nas mãos da classe trabalhadora” (MassenPrieb, 2000, p. 52).

⁵ Ferreira, Yuri. Inteligência artificial de mercado da Amazon era, na verdade, milhares de trabalhadores indianos. Revista Fórum. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/ciencia-e-tecnologia/2024/4/4/inteligencia-artificial-de-mercado-da-amazon-era-na-verdade-milhares-de-trabalhadores-indianos-156719.html>. Acesso em 19 ago. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Previtali e Fagiani (2020) apontam que as TIC's trazem consigo o advento do *home office*, uma forma de trabalho mediado por plataformas digitais, sob a ideologia de não trabalho e, portanto, de uma aparência de não exploração. Para Antunes (2020), o que temos vivenciado hoje, em pleno século XXI, nos remete a fase primitiva da acumulação capitalista. Do ponto de vista da expropriação do tempo de trabalho, constatamos que as jornadas laborais de mais de dez ou doze horas se tornam a regra e não a exceção, bem como, nos deparamos com salários cada vez mais rebaixados e incompatíveis com o custo de vida cada vez mais elevado. Além do processo de perdas de direitos sociais e trabalhistas. Contudo, a classe trabalhadora segue lutando para conquistar melhores condições e relações de trabalho, para fortalecer e aprimorar direitos sociais e combater o subfinanciamento das políticas públicas e sociais.

É nesse contexto que a uberização do trabalho (Antunes, 2020), provocada por intermédio da plataformização e digitalização e dos dispositivos que medeiam o trabalho, bem como da diluição dos direitos trabalhistas, vem se constituindo e se tornando uma tendência expressiva no que diz respeito às novas formas de organização produtiva e laboral.

As transformações e mudanças no mundo do trabalho já ocorriam antes da Covid-19, como parte do processo de reestruturação do capital pós-crise de 2008, no entanto, após as medidas de isolamento social como estratégias para combater a disseminação do vírus e impedir o contágio, vimos o *home office* produzir o trabalhador *just in time*, isto é, o trabalhador “bem na hora” (Abílio, 2020).

Na análise de Antunes (2020), “o isolamento social realizado sob a pandemia [...] [fragmentou] ainda mais a classe trabalhadora, assim dificultando as ações coletivas e a resistência sindical, [na esteira que avança] também [a] ampliação do *home Office* e do teletrabalho” (Antunes, 2020, p. 21).

Na perspectiva de Fagiani e Previtali (2020), isso significa estamos vivenciando um novo passo na subsunção real do trabalho ao capital, que, atualmente, vem atingindo também os trabalhadores com formação superior e pós-graduada, como docentes da educação superior. Nessa direção, o *home office* se generalizou como o “novo normal”. Embora tenham sido adotados na situação de excepcionalidade durante o isolamento social, estes mecanismos tendem a permanecer, inclusive no trabalho docente.

3. TRABALHO DOCENTE E O USO DAS TIC's DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Diante das mudanças no mundo do trabalho no contexto da Indústria 4.0, o trabalho realizado por meio das plataformas digitais se expandiu velozmente, inclusive na educação (Venco, 2019; Silva, 2019; Teixeira, 2022). O uso das TIC's no campo da educação foi uma realidade que antecedeu à pandemia da Covid-19, majoritariamente, via EaD.

Essa modalidade de ensino tem sido defendida por intelectuais como Christensen (2013) e por representantes do empresariado educacional que a anunciam como necessária e inovadora, mesmo o EaD precarizando a educação pública. Infelizmente, o incentivo ao EaD como mecanismo de adequar e proporcionar o acesso da população de baixa renda às Instituições de Ensino Superior (IES) tem sido uma imensurável contradição, tendo em vista que a possibilidade de ingresso via o EaD às IES não garante à permanência, devido os escassos investimentos na educação inclusiva e como direito social básico.

Análises como as de Negreiros (2020) realizadas antes do cenário pandêmico, já apontavam a velocidade com que as transformações tecnológicas adentravam na área da educação, e como essa penetração é fidedigna às novas exigências do capital na formação de uma massa laboral qualificada e especializada técnica e ideologicamente alienada. Além disso, a autora destaca a finalidade da utilização das TIC's na educação: incorporadas para possibilitar a criação de formas de controle e subordinação do trabalho pedagógico.

Durante a pandemia, o ensino à distância foi à estratégia tanto pedagógica quanto política e econômica que possibilitou a continuidade das atividades de ensino, ao instante que oportunizou condições para o aumento dos lucros dos conglomerados educacionais e informacionais.

De acordo com Amaral (2020), embora o EaD seja introduzido nesse momento como uma grande novidade, pelo caráter massivo que assume durante a pandemia, ele já era uma modalidade prevista em diretrizes internacionais, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e nos planos nacionais e estaduais de educação.

No entendimento de Souza e Gonçalves (2020), as complicações sociais agudizadas na pandemia da Covid-19 foram muito percebidas como novas e utilizadas para questionar e romper com o ensino presencial, o que provocou “um giro de imposições para o trabalho na educação e um desgaste na relação de ensino-aprendizagem” (Souza; Gonçalves, p. 42, 2022).

Ao considerar as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde (MS), o setor da educação suspendeu as aulas presenciais, o que demandou dos sistemas educacionais: estratégias imediatas para o desenvolvimento de atividades em formato

remoto de ensino, visando à continuidade das atividades acadêmicas. Como resposta, o Ministério da Educação (MEC) criou a portaria n.º 343/2020 e o Parecer n.º 5/2020: legislações que ratificam a substituição de aulas presenciais por formato digital, bem como reorganizam o calendário de toda a educação brasileira.

Por meio desses documentos ficou autorizada às instituições de educação superior, em caráter excepcional, substituir disciplinas presenciais em andamento por aulas com utilização TIC's. O uso de plataformas como o *classroom*, o *Google Meet* e o *zoom* foram comuns durante o período de aulas remotas. No entanto, sem haver tempo para compreensão, capacitação e adaptação às ferramentas de inovações tecnológicas diante deste cenário, a comunidade acadêmica de diversas áreas de conhecimento teve que aderir, compulsoriamente: às plataformas digitais para garantir a continuação do ensino.

Souza e Gonçalves (2022) apontam que esta mudança do presencial para o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi uma:

Tarefa nada fácil, em especial num país marcado pelo abismo da desigualdade social em sua imbricação com as relações de gênero, de raça/etnia e de regionalidade. Um estudo sobre a docência em tempos de pandemia — com formulários respondidos por 15.654 professores/as das redes públicas da educação básica de todos os estados da federação — revelou que 89% desse contingente não tinha familiaridade alguma com as plataformas digitais e que havia uma disparidade entre as regiões no que concerne à disponibilização dos recursos tecnológicos: o Sul e o Sudeste dispoem de mais suporte das redes de ensino para a realização de aulas remotas (Oliveira; Pereira Júnior, 2020, p. 730). É preciso ainda considerar a disparidade no interior das regiões impulsionada pela desigualdade de classes, que empurra as famílias trabalhadoras para as periferias precarizadas e desprovidas de infraestrutura adequada, inclusive ao acesso à internet (Souza; Gonçalves, 2022, p. 42).

Outro aspecto importante a ser mencionado é que diante do contexto da pandemia, os docentes tiveram que custear ferramentas informacionais (da internet de banda larga ao computador com mais capacidade de armazenamento), acompanhada da busca por cursos capacitadores de manuseio de plataformas como o *zoom* e o *Google Meet*, etc., o que evidencia uma similaridade ao movimento da uberização (Antunes, 2020).

Destaca-se ainda a forma de contratação de trabalho docente via plataformas digitais. As plataformas de cursos e de aulas particulares, geridas pelas empresas mundiais ligadas ao mercado financeiro, a exemplo da Graduante XXI, ligada ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Fagiani; Previtali, 2020), ajudam a exemplificar esse apontamento e a caracterizar como o trabalho docente tem sido uberizado.

Venco (2019) ao analisar o trabalho de docentes da rede pública da prefeitura de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, destaca a iniciativa da criação de aplicativo para contratação de professores substitutos, de caráter temporário. Segundo a autora,

A iniciativa previa uma dinâmica que estabelece um intervalo de 30 minutos entre a convocação e o tempo de resposta do professor, assim como uma hora para chegar à escola. Depreende-se que a lógica, semelhante à praticada pelo governo do Estado de São Paulo há décadas, para além da precariedade do contrato, da disponibilidade incessante e, ao mesmo tempo, ferindo o princípio da isonomia do magistério, responde exclusivamente ao imediatismo do problema, desconsidera a perspectiva do trabalho propriamente dito e ofende a qualidade do ensino. Registre-se que o Conselho Municipal de Ribeirão Preto rejeitou a proposta e conseguiu, ao menos momentaneamente, vetar o projeto (Venco, 2019, p. 8).

A proposta de contratação de docentes via aplicativos - tendo como referências as análises de Venco (2019) acerca da rede estadual de ensino de São Paulo - possui características semelhantes às praticadas pela Uber e, portanto, estava em curso um processo de uberização concernente ao trabalho docente. Nessa esteira, pode-se dizer que, o processo de trabalho docente, no limiar da Indústria 4.0 e de crise capitalista, tem vivenciado transformações que levam a perda de autonomia para os meios e os fins do processo educacional mediado pelas TIC's (Previtali; Faginai, 2020).

Vale destacar que o uso das TIC's na educação são utilizadas para criar modelos de gestão do trabalho docente, baseada no desempenho individual e vinculada a metas e resultados, com remuneração diferenciada, levando a subsumir o docente às formas de controle, de intensificação e de autointensificação do trabalho, que por sua vez produz a individualização do trabalhador docente, dificultando as ações coletivas e intensificando a precariedade do respectivo trabalho.

4. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE DURANTE E APÓS O PERÍODO PANDÊMICO

A questão da precarização do trabalho docente já é objeto de análise desde algum tempo⁶. No entanto, a intensificação do fenômeno causada pela pandemia da Covid-19 evidenciou os mecanismos como às TIC's, que permitiram ao setor educacional precarizar e intensificar ainda mais o trabalho docente.

⁶A exemplo das pesquisas realizadas pela Rede Latino-Americana de Estudos sobre Trabalho Docente (REDESTRADO) formada por pesquisadores de diferentes países da América Latina, vinculados a distintas instituições acadêmicas e organizações políticas: universidades; faculdades e centros de pesquisa; sindicais, etc.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O trabalho docente é um trabalho inserido na divisão social e técnica do trabalho. Neste caso, os profissionais docentes se constituem como vendedores de força de trabalho para instituições educacionais, sejam elas públicas ou privadas, assim se reproduzindo mediante ao darem respostas as suas necessidades. Ou seja, tal como outros trabalhadores inseridos em outros setores da produção e da reprodução capitalista, os docentes são igualmente impactados com as violações de direitos; com as baixas salariais; com o desemprego; com a informalidade; com as longas jornadas de trabalho; com a precarização (Alves, 2012).

Mancebo (2007) aponta que a precarização do trabalho docente, tão recorrente no setor privado de educação superior, tem se intensificado nas universidades públicas por intermédio do processo que

[aumenta] o regime de trabalho, [...] o sofrimento subjetivo [e] neutraliza a mobilização coletiva e aprofunda o individualismo, atingindo, obviamente, não somente os trabalhadores precários, mas carreando grandes consequências para a vivência e a conduta de todos aqueles que trabalham nas instituições de ensino superior (Mancebo, 2007, p.77).

No caso dos docentes ocupados em instituições privadas de ensino superior, a realidade que vivenciam é marcada pela insegurança em relação aos contratos temporários e/ou intermitentes estabelecidos, os quais demonstram a crescente tendência de precarização cada vez mais acentuada das condições e relações de trabalho que tem se alastrado pela categoria profissional de docentes; que ganhou maior terreno depois da conformação da reforma trabalhista continuada no governo do ex-presidente da República Michel Temer (2016-2018), no governo Bolsonaro (2019-2022) e que permanece no atual governo de frente ampla: Lula-Alckmin.

Simultaneamente ao contexto das novas formulações produtivas e da ascensão histórica do novo proletariado do setor de serviços (Antunes, 2018), há uma ampla tendência de contratação de profissionais docentes para atuarem em empresas com mediação informacional do trabalho. Para Teixeira (2022, p. 253) “essa mediação se dá através de plataformas digitais, que são utilizadas na entrega de serviços educacionais para um número cada vez maior de ‘consumidores’, partindo de um número cada vez menor de docentes”.

O autor avança e esclarece que

Os modos de operação e contratação de docentes, apresentados por plataformas como a COGNA, a ALICERCE, o DOT DIGITAL GROUP e o Edital Prof-e - este último operando na formação de cadastro de reserva de professores para substituição de aulas - demonstram como há, de fato, esforço estrutural de descaracterizar a profissão docente através da inserção de plataformas na mediação do trabalho docente (TEXEIRA, p. 253, 2022).

As empresas plataformas agem na capacidade de organização e controle do trabalho e, por conseguinte, na produção de mais-valor. Essa tendência de contratação de trabalho docente via aplicativos e/ou mediado por plataformas, já gerava a precarização das relações e condições do trabalho docente, levando-o à flexibilização e à intensificação do trabalho antes da pandemia da Covid-19, embora tenha se intensificado durante e após o período pandêmico.

O contexto de pandemia e de crise do capital em processo acelerado, evidenciou tendências de reconfiguração do trabalho docente mediado pela inserção das TIC's na educação. Entre as tendências que se desenham, há predisposição à virtualização do ensino, impulsionada por um processo cada vez mais brutal de retirada de financiamento/investimento nas políticas públicas, em particular: na educacional.

Minto (2022) aponta que a tendência de utilização das TIC's mediando os processos do trabalho docente, não só foi potencializado pelo contexto da pandemia da Covid-19, como tem se tornado uma tendência para o futuro da precarização da profissão. Em um dos seus estudos, o autor oferece pistas importantes para compreender “a adoção” do ensino remoto, sugerindo que ela não serviu apenas como um mecanismo para atender necessidades imediatas, mas como estratégia para dar continuidade ao projeto de mercantilização e privatização da educação no contexto de financeirização do capital.

De acordo para Farage (2021) a realidade do ensino superior brasileiro foi ainda mais agravada pelos discursos ideológicos do governo ultraneoliberal de Jair Bolsonaro, que desconsidera a ciência, atacando diretamente a educação, em especial as universidades públicas com os sucessivos cortes de verbas. É nesse contexto de agravamento de crise capitalista que a pandemia se tornou justificativa para impor o “ensino remoto emergencial, como uma estratégia para buscar a ‘naturalização’ da educação mediada pela tecnologia” (Farage, 2021, p. 53).

Diante do contexto de *home office*, parte significativa dos docentes sequer conseguiu como ainda não consegue demarcar fronteiras entre os espaços destinados ao trabalho desenvolvido na esfera pública e aqueles reservados à vida privada, bem como “[...] entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho (Prauni, 2021, p.186)”. Extrapolando, nesse sentido, os espaços tradicionais de trabalho.

O *home office* ocasionou à redefinição do espaço da casa como também espaço do trabalho, implicando numa jornada de trabalho ainda maior em função das atividades domésticas, recaindo diretamente sobre a vida das mulheres. Tendo em vista que o maior continente de trabalhadores da educação é feminino (Barros e Mourão, 2018).

A maioria esmagadora de professoras que tiveram que exercer seu trabalho no espaço doméstico no formato *home office* durante a pandemia com jornadas laborais “extraoficiais”, é um retrato da milenar opressão e exploração das relações sociais de sexo/gênero que vilipendia à vida das mulheres por meio de um trabalho atrofiante e esgotante que é o trabalho doméstico não assalariado.

De acordo com Araújo e Yannoulas (2020)

O aumento das tarefas, a instalação de horários atípicos, a aceleração no desempenho das atividades, a dimensão privada sendo desvelada pelas [Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação] TDIC e a ausência de condições materiais efetivas afetaram em cheio a produção docente e sua subjetividade, tendo como principal alvo as professoras no exercício de suas funções docentes, maternais, de cuidadoras, entre outros “avatares” que precisam utilizar na múltipla jornada de trabalho, e uma “presença” cada vez mais multiplicada (ARAÚJO; YANNOULAS, 2020, p. 768).

Isso significou que *home office* recolocou o trabalho profissional da mulher na docência para o espaço doméstico. Isto é, se antes o trabalho docente das mulheres era realizado em universidades, faculdades e escolas, contudo, durante e após a pandemia, esse trabalho sofre incidências tendenciais de se realiza em *home office*, em virtude do avanço das TIC's como mediadoras do ensino-aprendizagem (Souza; Gonçalves, p. 42, 2022).

CONCLUSÃO

O trabalho docente vem sofrendo intensa precarização, por ser também componente do laboratório de experimentações do trabalho uberizado (Antunes, 2020). Com o uso da TIC's mediando o ensino-aprendizagem, o profissional da educação encontra-se em constante perda de autonomia e de direitos sociais e trabalhistas.

Com extensivas jornadas de trabalho, tanto dentro quanto fora dos espaços convencionais do trabalho, seja em instituições públicas ou privadas do labor, o docente sofre com a exaustão física e intelectual e com a insegurança empregatícia provocada pela flexibilização contratual e pelo exigência de comprimento de metas e resultados, em concomitância ao processo de mercantilização da educação.

Além disso, o cenário de alto desemprego e alta informalidade repercute na vida desses profissionais como limitadores profissionalizantes. Estando o profissional da educação compelido por relações de trabalho precarizadas, muitas das vezes eles optam por não buscar uma formação continuada, tendo em vista o temor da demissão. Haja vista que a maioria dos contratos não são via concursos públicos. E isso se torna mais grave no setor privado de ensino.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Mesmo diante dessa realidade, cabe destacar a necessidade de se pensar alternativas de resistência que ofereçam ao conjunto dos profissionais da docência estabilidade e segurança em suas atividades laborativas.

Cabe aos sindicatos e aos movimentos sociais da classe, como a toda a sociedade civil, enfrentar a degradação das condições de vida e de trabalho não apenas dos professores, mas também de toda a classe trabalhadora. É preciso reconhecer que se “a nova divisão sociotécnica do trabalho impõe um novo sujeito trabalhador [...] é o próprio trabalho que deverá construir uma nova forma de resistência, mais adequada aos imperativos atuais de controle do capital” (Fagiani, Previtall, 2020, p. 235)

REFERENCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ABÍLIO, L. **Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador jus in-time**. In: ANTUNES, R. (Org.) *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R. **Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0**. In: *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*, Antunes (org). São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- ARAUJO, S.; YANNOULAS, S. **Trabalho docente, feminização e pandemia**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 14, 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1208/pdf>. Acesso em: 6 dez. 2021
- AMARAL, A. **Sociabilidade capitalista e projetos educacionais mediados pelas TICs: aprendizagem flexível e formação do homem de novo-tipo para o capital**. In: NEGREIROS, T. *Tempo de aprendizagem flexível [recurso eletrônico]: as novas tendências de aprendizagem mediadas pelo uso das tecnologias de informação e comunicação para a classe trabalhadora*. Recife : Ed. UFPE, 2020.
- BERNARDO, K. A. S. et al. **As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia covid-19**. Revista Novos Rumos Sociológicos, Pelotas, v. 8, n. 14, p. 8-39, 2020.
- CHRISTENSEN, Clayton M. **Ensino híbrido: uma nova inovação disruptiva?**. Clayton Christensen Institute [sumário executivo], 2013.
- FAGIANI, Cílon c; PREVITALI, Fabiane S. **Trabalho digital e educação no Brasil**. In: *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*, Antunes (org). São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- FARAGE, E. **Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 140, p. 48-65, 2021.
- GONÇALVES, Renata; SOUZA, Edvânia ngela de. **Somos todos youtubers? Indústria 4.0 e precarização do trabalho docente em tempos de pandemia**. Serviço Social & Sociedade, [S.L.], n. 144, p. 33-51, set. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.279>.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens das mudanças culturais**. São Paulo: Loyola, 1992.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- MANDEL, Ernest. **A crise do capital: Os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaio, 1990.
- MANCIBO, Deise. **Trabalho docente: subjetividade e sobreimplicação**. Reflexão & Crítica, v.20, n.1, 2007.
- MINTO, L. W. **Ensino remoto: presente e futuro em disputa**. Universidade à Esquerda, Florianópolis-SC, 2020. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/coluna/ensino-remoto-presente-e-futuro-emdisputa/>. Acesso em 15 de out. de 2022.
- NEGREIROS, Taíse. **Tempo de aprendizagem flexível [recurso eletrônico]: as novas tendências de aprendizagem mediadas pelo uso das tecnologias de informação e comunicação para a classe trabalhadora**. Recife: Ed. UFPE, 2020.
- PRAUN, L. **Trabalho e saúde em tempos flexíveis**. In: ALVES, G, Vizzaccaro-Amaral, A. L. (org). Trabalho, Saúde e Barbárie Social: Pandemia, Colapso Ecológico e Desenvolvimento Humano. 1 ed. Marília, SP: Projeto Editorial Praxis, 2021. p. 185-209.
- PINTO, A. **A Indústria 4.0 na cadeia automotiva: A Mercedes-Bens em São Bernado do Campo**. In: Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0, Antunes (org). São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- SCHWAB, Klaus. **La Quartrième Révolution industrielle**. Malakof, Dunod, 2017.
- SILVA, A. M. Da. **A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XXI**. Revista trabalho necessário, v. 17, n. 34, p. 229-251, 27 set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/38053>. Acesso em: 05. dez. 2021.
- TEIXEIRA, Pedro Henrique de Melo. **A uberização do trabalho docente: reconfiguração das condições e relações de trabalho mediados por plataformas digitais**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.
- VENCO, Selma. **Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil?**. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, p. e00207317, 2019.